

Notas sobre pesquisa Datafolha para eleição de São Paulo

A mais recente pesquisa do Datafolha sobre a disputa pela prefeitura da cidade de São Paulo indica um empate entre Guilherme Boulos (Psol), com 30% das intenções de voto e o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 29%. Em seguida, Tabata Amaral (PSB) alcança 8%, Marina Helena (Novo), 7%, Kim Katagiri (UB), 4% e Altino (PSTU), 2%. Os dados indicam a possibilidade de uma disputa acirrada na capital – como era de se esperar.

A análise por segmentos, no entanto, revela que o patamar que Boulos parte nesta corrida eleitoral não está constituído por um forte desempenho nas franjas do eleitorado que são tipicamente lulistas. Nestes, como a base da pirâmide social (os que possuem renda familiar mensal menor do que dois salários mínimos), Boulos tem 24% contra 30% do atual prefeito. O candidato de Lula também não possui vantagem entre as mulheres (28% contra 27% de Nunes), tem desvantagem entre os católicos (29% a 34%) e empata na população preta da capital (28% para cada). Neste momento, Boulos possui, inclusive, maior vantagem em dois dos segmentos mais distantes do lulismo, como os que possuem renda familiar mensal de cinco a dez salários mínimos (43% a 31%) e de mais de dez salários mínimos (41% a 17%).

Assim, por um lado, a pesquisa revela onde está o potencial de crescimento de Boulos: na base eleitoral do lulismo e do PT. Além dos segmentos já citados, entre os 28% de eleitores e eleitoras da capital paulista que dizem ter o PT como seu partido preferido, somente 48% tem intenção de votar em Boulos no momento – outros 19% optam por Nunes, 6% em Tabata e 10% em Marina Helena (o índice gera estranheza e a pergunta: parte dos eleitores paulistanos podem ter confundido a candidata do Novo com a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, eleita deputada federal por São Paulo em 2022?).

Por outro lado, os dados também revelam desafios: a proximidade das intenções de voto entre Boulos e o atual prefeito é um dado relevante, junto à presença de índices de intenção de voto não desprezíveis em outras candidaturas do campo de direita (Kataguiri e Marina). Em cenário sem Tabata, por exemplo, suas intenções de voto distribuem-se de forma praticamente igual entre os dois líderes da pesquisa: Boulos cresce 3 pontos percentuais (p.p.) e Nunes 4 p.p. – o que indicaria pouco espaço para avanço do candidato de Lula e do Psol dentro das opções colocadas. Para ampliar seu desempenho será necessário, portanto, converter eleitores lulistas que hoje estão dispersos.

Conta ao seu favor, para isso, o apoio de Lula e do PT, e uma parte do histórico eleitoral recente da cidade: em 2020 Bruno Covas venceu Boulos em boa parte das zonas eleitorais da capital, inclusive as das periferias (excetuando parte considerável do extremo-sul e uma parte menor do extremo-leste), mas sua candidatura mantinha grande distância do então presidente do país (Bolsonaro), sob um mote relativamente moderado e de centro. Agora, seu então vice e agora prefeito, Nunes, angariou o apoio de Jair Bolsonaro e sinaliza para a base radical do ex-presidente: compareceu ao último ato na Avenida Paulista e indica que terá como vice um extremista de direita. No entanto, compõe este cenário o fato de que a candidatura presidencial de Bolsonaro foi derrotada por Lula na capital paulista nas eleições presidenciais de 2022, com derrota, inclusive, de seu candidato ao governo do estado para o candidato do PT, Fernando Haddad. Assim, vincular Nunes a Jair (aliança que o próprio candidato exalta e pretende transformar em ativo eleitoral), e Boulos a Luiz Inácio, para angariar o grande contingente petista e lulista da capital, parece ser promissor do ponto de vista da disputa que se avizinha.

Matheus Tancredo Toledo é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe-FPA) e doutorando em ciência política pela USP.

<https://fpabramo.org.br/2024/03/11/notas-sobre-pesquisa-datafolha-para-eleicao-de-sao-paulo/>

Queda da aprovação do governo e o oportunismo da mídia

Afirmção frágil da Quaest é usada pelos veículos de informação da mídia tradicional para pressionar governo sobre Gaza

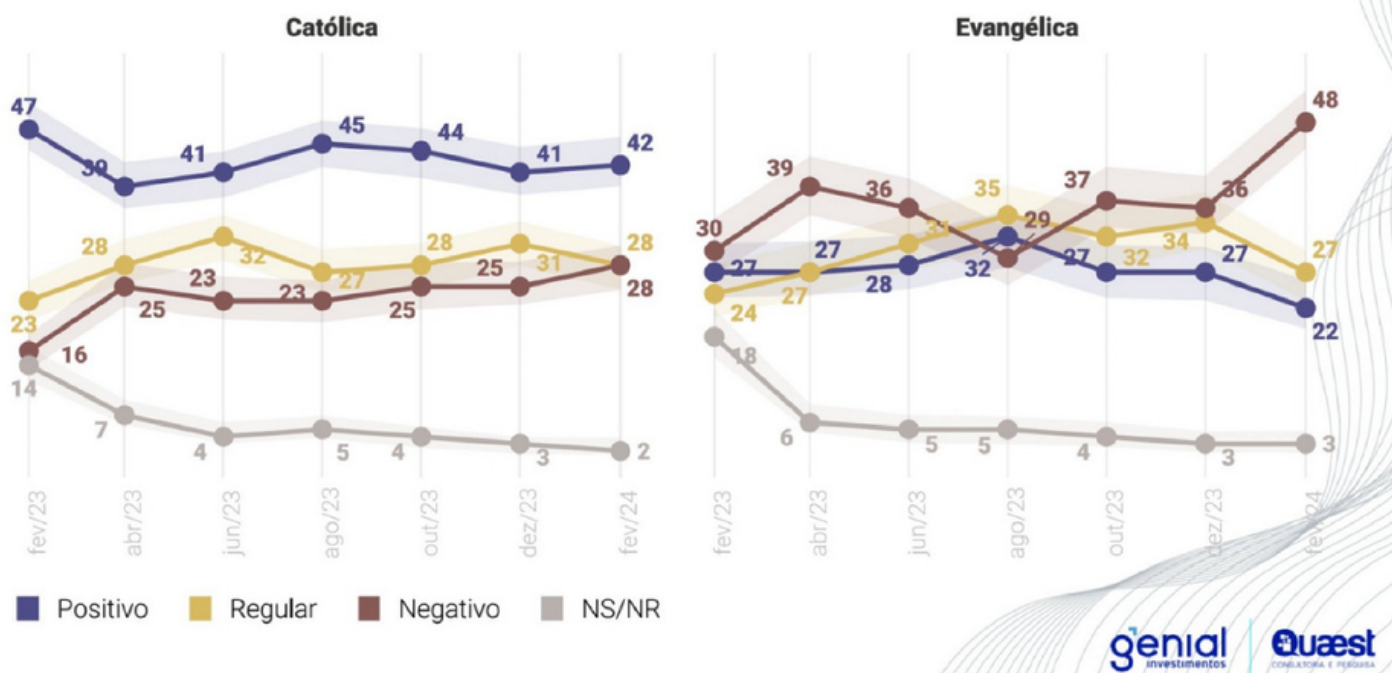
A pesquisa publicada pela Genial Quaest nesta quarta-feira, 6 de março, traz um panorama geral sobre a evolução da aprovação do governo Lula desde o início do mandato em 2023. Esta rodada ouviu presencialmente duas mil pessoas entre os dias 25 e 27 de fevereiro em 120 cidades de todas as regiões do país e tem margem de erro de 2 pp (pontos percentuais).

Os dados mostram um aumento da avaliação negativa do governo Lula. Nesta última rodada, o governo é avaliado positivamente por 35% da população, e negativamente por 34%. Dos entrevistados pelo instituto, 28% consideram a gestão como regular e 3% não responderam. Em dezembro de 2023, no entanto, 36% tinham uma avaliação positiva do governo Lula e 29%, negativa – o que evidencia uma elevação de seis pontos percentuais (pp) na avaliação negativa.

O Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe) da Fundação Perseu Abramo acompanha o trabalho da Quaest com o devido respeito e atenção. Consideramos suas pesquisas um importante instrumento para leitura do humor do eleitorado e para produção de diagnósticos.

No entanto, uma indução nos chamou atenção nesta última publicação. E é sobre isso que este artigo se atentará.

Felipe Nunes, diretor do Instituto, declara na sua página do twitter que “A maior variação na avaliação nesse período se deu entre os evangélicos. Enquanto a avaliação do governo permaneceu estável entre católicos, a avaliação negativa saltou de 36% para 48% entre os evangélicos”. Segue o quadro abaixo.



Até aqui, nada a se questionar. Os dados parecem claros e outros institutos mostram a mesma tendência – eleitorado evangélico mais crítico em relação ao governo.

No entanto, quando busca explicação para o fenômeno, Nunes constrói uma relação causal estreita. Ele afirma que a queda na aprovação entre o público evangélico tem relação com as falas de Lula sobre Gaza – o que não precisa ser desconsiderado. Mas, notem: não há nenhuma pergunta ou tentativa de aferir quanto um dado tem relação com o outro. Ou seja, quanto a avaliação negativa sobre a fala interferiu, de fato, na avaliação sobre o governo. Ele não tem elementos na própria pesquisa que o permita estabelecer esta relação. A relação de causa e efeito é, portanto, bastante frágil.

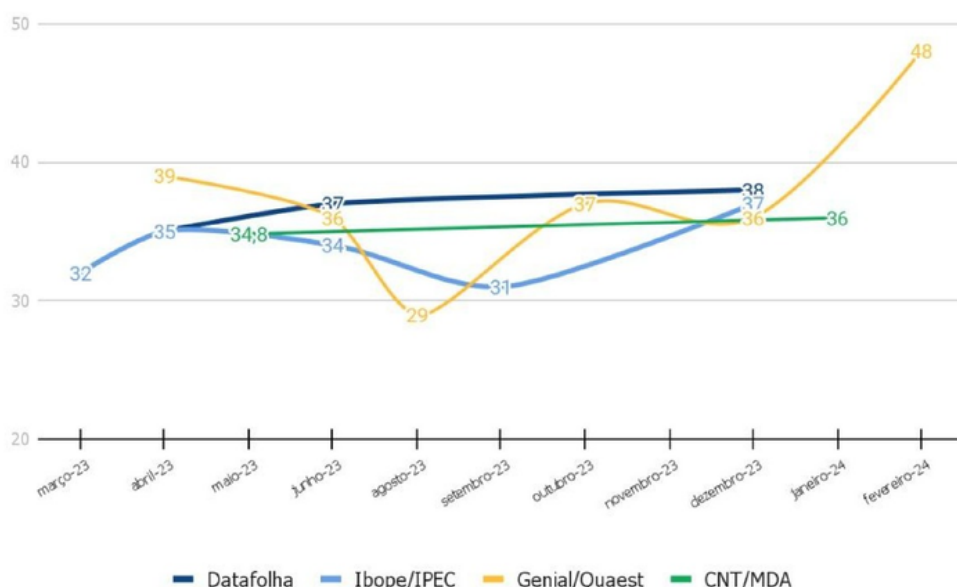
Há outros fatores que podem – e devem! – ser considerados. Até porque, como se vê no gráfico acima, a reprovação ao governo entre o público evangélico aumenta de maneira quase constante desde agosto de 2023 – anterior, portanto, ao início da guerra e à fala de Lula.

Neste sentido, a questão econômica, por exemplo, parece ser um caminho interpretativo mais sólido, pois as linhas sobre avaliação da economia, percepção sobre inflação e perspectiva de futuro parecem andar em consonância com a linha de aprovação do governo. Quaest mostra que subiu de 48% para 73% aqueles que têm a percepção de que o preço dos alimentos aumentou. E caiu de 55% para 46% os que se dizem otimistas em relação ao futuro da economia. Não estaria aqui uma chave analítica mais consistente?

Voltando às falas de Lula: de fato, 60% do eleitorado declara que Lula exagerou na comparação. Apenas 28% dizem concordar com a declaração do Presidente. E, assim como em todas as outras áreas que o próprio instituto avalia, evangélicos e quem votou em Bolsonaro se mostram ainda mais críticos em relação a Lula (69% e 85%, respectivamente, acham que Lula exagerou comparando os ataques de Israel ao que Hitler fez na 2ª Guerra Mundial).

Além disso, deve-se ter cautela ao ler dados segmentados. Se a margem de erro na leitura da população como um todo é de 2,2 pp, entre os dados segmentados, esta margem pode subir para 4 ou até 5pp. Isso quer dizer que, se a pesquisa mostra que 48% do segmento evangélico avalia negativamente a gestão (soma de quem considera o governo ruim com quem considera péssimo), esse número pode ser de 43% a 53% (variação de 5pp para mais ou para menos).

AVALIAÇÃO NEGATIVA GOVERNO LULA - EVANGÉLICOS



Acima, vê-se um gráfico com o acompanhamento do Noppe de todos os institutos de pesquisa. Vale cautela ao encontrar curvas muito acentuadas como esta que a Quaest apresenta neste mês (de 36% para 48%, 12pp, portanto). Ela quer dizer que 7,2 milhões de evangélicos mudaram de opinião em dois meses. Pode acontecer, claro, mas não é comum. O importante é entender a evolução, a tendência ao longo do período e não apenas a variação de uma rodada para outra. É recomendável, portanto, esperar as próximas pesquisas, os outros institutos, para avaliar se a tendência se mantém e investigar mais sobre as possíveis razões.

O fato é que a afirmação frágil e até falaciosa de Nunes foi amplamente usada pelos veículos de informação da mídia tradicional (Valor, Globo, Estadão, Folha) como forma de pressionar o governo contra o posicionamento firme de Lula sobre o genocídio que acontece em Gaza. Alguns exemplos: “Governo Lula atinge pior avaliação após o Presidente comparar reação de Israel com Holocausto, aponta pesquisa” (Estadão); “Lula cai entre evangélicos ao comparar Israel a Hitler” (Folha de S.Paulo); “Queda na popularidade de Lula tem relação com declarações sobre guerra em Gaza, admite ministro” (Valor); “De acordo com a pesquisa Quaest, 62% dos evangélicos desaprovam o trabalho do presidente Lula. Felipe Nunes, diretor do instituto, diz que declaração do presidente, que comparou ação de Israel em Gaza com o Holocausto, reverberou no segmento” (Globo).

É sempre necessário cautela na leitura dos dados de pesquisas para não incorrer em erros de análise – abrindo brecha para instrumentalização política da informação publicada. De qualquer forma, o que se pode afirmar com relativa tranquilidade até aqui é que a relação de causa e efeito que Nunes estabelece entre as declarações de Lula sobre Gaza e o aumento da reprovação do governo é frágil.

O Noppe/FPA seguirá na análise das pesquisas publicadas para averiguar as hipóteses levantadas.

Jordana Dias Pereira é coordenadora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe) da Fundação Perseu Abramo

<https://teoriaedebate.org.br/2024/03/07/queda-da-aprovacao-do-governo-e-o-oportunismo-da-midia/>

Percepção sobre economia brasileira começa a afetar popularidade do governo

Matheus Tancredo Toledo

As pesquisas mais recentes divulgadas nesta semana, dos institutos Quaest, Atlas, e IPEC suscitaram extenso debate acerca da popularidade do governo federal e da avaliação das brasileiras e brasileiros sobre a situação do país. Neste artigo, traremos a análise do NOPPE (Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo) sobre tais levantamentos – com base no acompanhamento constante que fazemos de pesquisas de diferentes institutos. Dedicamos em outro texto, para a revista Teoria e Debate, uma crítica à análise mais veiculada sobre os dados recentes, de que a queda na aprovação de governo seria resultado da denúncia de Lula sobre o genocídio em Gaza (Queda da aprovação do governo e o oportunismo da mídia – Teoria e Debate). Aqui, analisaremos os elementos que consideramos mais relevantes para explicar movimentações na opinião pública que estão evidentes desde o início do segundo semestre de 2023.

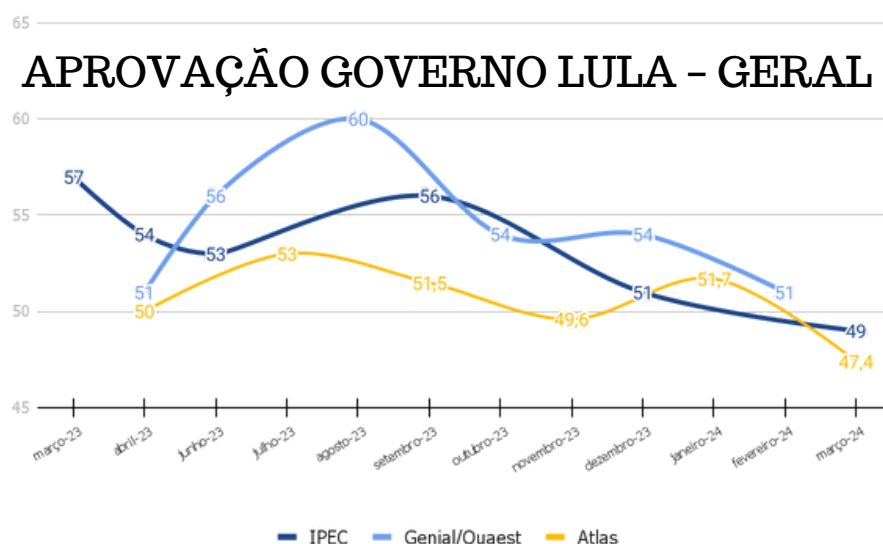


Presidente Lula e o ministro da Fazenda Fernando Haddad. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Nos textos anteriores publicados na Focus Brasil, vínhamos apontando para um cenário de estabilidade na avaliação do governo (Análise: Atlas reforça quadro geral de estabilidade na aprovação de governo – Revista Focus Brasil), com ampliação do número de brasileiros que não viam melhora econômica, o que chamamos de sinal amarelo (Análise FPA: pesquisa indica estabilidade na aprovação de Lula – Revista Focus Brasil) e com paulatina reconsolidação da polarização política no segundo semestre do ano passado (Análise: como termina 2023 na opinião pública? – Fundação Perseu Abramo).

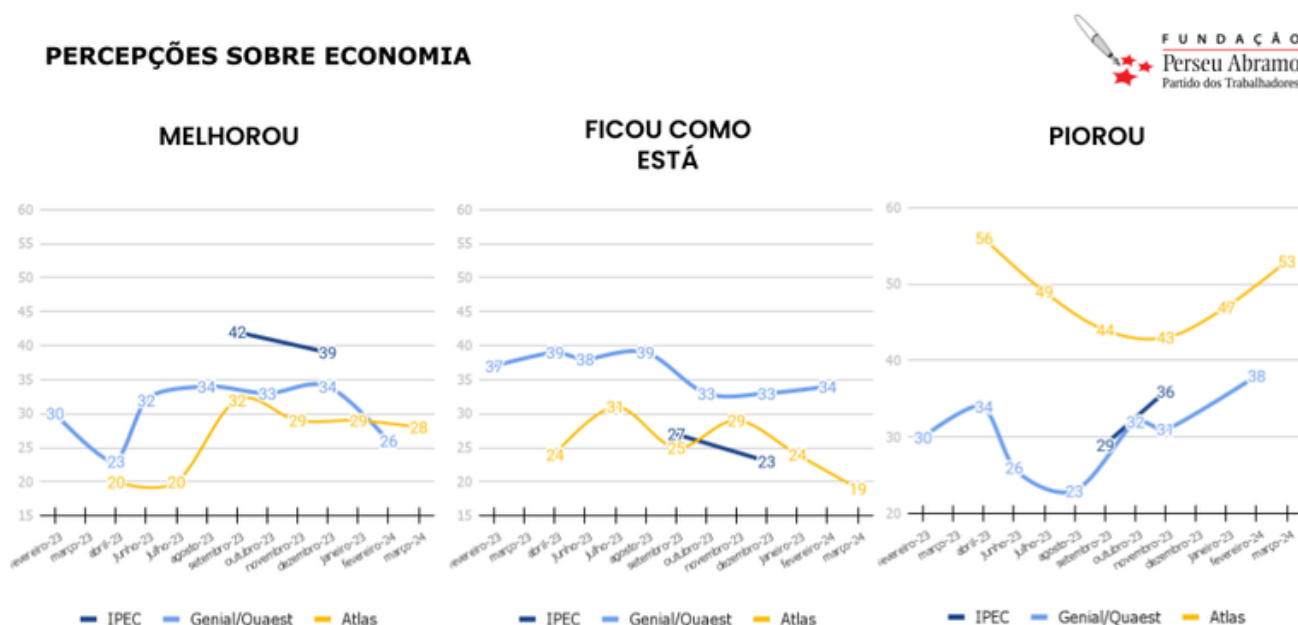
Agora, após essas duas pesquisas, é possível apontar que o ‘sinal amarelo’ passa a ganhar novos tons. De acordo com a pesquisa Quaest, realizada entre os dias 25 e 27 de fevereiro com 2 mil entrevistas presenciais e margem de erro de 2,2 pontos percentuais (p.p.), a pesquisa Atlas, realizada entre os dias 2 e 3 de março com 3.154 entrevistas online e margem de erro de 2 p.p., e a pesquisa IPEC, realizada entre os dias 1 e 5 de março com 2 mil entrevistas e margem de erro de 2 p.p., a avaliação do governo retornou ao pior patamar de suas séries históricas (visto em abril de 2023). Se no começo do segundo semestre de 2023 tivemos o auge de aprovação ao governo, impulsionado pela percepção de melhora econômica e de um momentâneo arrefecimento da polarização, nos deparamos desde então com uma paulatina deterioração deste quadro.

Segundo a Quaest, 51% dos brasileiros dizem aprovar o governo e 46% reprovam, enquanto a Atlas traz 47% de aprovação e 46% de reprovação. Quando instigados a avaliar o governo em uma escala mais ampla (ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo), 35% avaliam o governo positivamente, 28% como regular e 34% negativamente, segundo a Quaest, enquanto na Atlas 40,6% o avaliam negativamente, 38,1% positivamente e 18,2% como regular. Já na IPEC, 49% aprovam o governo e 45% o desaprovam.



Ao olhar para os segmentos, chamam a atenção as seguintes movimentações, segundo a Quaest: há mais reprovação que aprovação, de forma inédita, no Sudeste (52% de reprovação), entre os jovens (50%), entre os brasileiros/as com escolaridade média (50%), com renda familiar mensal de 2 a 5 salários-mínimos (52%), entre a população com cor/raça autodeclarada branca (50%) e entre quem votou branco/nulo ou não foi votar no segundo turno das eleições presidenciais de 2022 (49%). Ainda, manteve-se uma maioria de pessoas com reprovação ao governo entre: moradores da região Sul (51%), ensino superior (53%), renda maior que 5 salários-mínimos (54%), evangélicos (62%), eleitores de Bolsonaro no segundo turno (88%). Também é destaque a perda de vantagem entre as mulheres: na pesquisa anterior, de dezembro, a diferença entre aprovação e reprovação entre elas era de 14 p.p., e agora é de 6 p.p. — entre os homens, era de 6 p.p. e agora são 4 p.p. — aproximando o patamar de ambos os gêneros.

Em artigo anterior, já linkado acima, apontamos que um sinal amarelo havia se acendido para o governo, especialmente em relação às percepções sobre o desempenho econômico, ainda que se mantivesse relativo otimismo com a economia. Ambas as pesquisas trazem, no entanto, que houve um aumento da sensação de piora econômica a partir de outubro de 2023, mesma temporalidade da queda progressiva da aprovação até voltar ao patamar de abril de 2023, quando a percepção de piora econômica também era alta.



Ainda que o noticiário econômico tenha contado com uma alta significativa do PIB de 2023, o elemento inflacionário ganha destaque na percepção dos brasileiros, refletindo possivelmente o que já foi registrado pelo IBGE: por três meses seguidos a inflação de alimentos compôs a maior parte do IPCA mensal: 1,38% em janeiro, 1,11% em dezembro e 0,57% em novembro. O impacto, na opinião pública, é majoritário e fura, inclusive, a bolha da polarização: 73%, segundo Quaest, declaram ter sentido aumento nos preços, um aumento de 25 p.p. em 2 meses. Ainda que as pesquisas não aprofundem os elementos dessa percepção para além da perspectiva inflacionária/do poder de compra, o cenário requer atenção para este dado: a volta a um patamar visto no início do governo ocorre num contexto novo no qual o governo possivelmente conta com menos paciência da opinião pública, como quando estava em seu início.

<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2024/03/12/percepcao-sobre-economia-brasileira-comeca-a-afetar-popularidade-do-governo/>